



Conselho de Opinião

Parecer

Para os efeitos da alínea a) do n.º 1 do art.º. 22.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., conjugada com o art.º. 5.º da Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, revista pela Lei 8/2011, de 11 de Abril e o art.º. 26º do Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão, o Conselho de Opinião (CO) emite o seu Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., (RTP, S.A.), para o Ano de 2012, o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

A – Apreciação do Plano de Atividades:

1. Introdução:

A entrega tardia do Plano de Atividades e Orçamento para 2012, que teve lugar em Março de 2012 - e não, como está estabelecido no Contrato de Concessão, até 30 de Novembro de 2011 - e as alterações ocorridas na Empresa por força da aplicação do Plano de Sustentabilidade Económica Financeira (PSEF), conjugadas com o processo de eleição de novos membros para o CO, vieram criar a necessidade de o Conselho de Opinião, a título verdadeiramente excepcional, proceder a um reajustamento tanto na forma como no conteúdo do seu modelo de análise destes instrumentos de gestão.

Assim, transcorridos que foram seis meses de atividade, o CO entendeu por bem ouvir o Conselho de Administração (cessante), os Diretores de Conteúdos e Informação da RTP e RDP e ainda os Provedores do Ouvinte e do Telespectador para um balanço da atividade desenvolvida e projeções para o segundo semestre e só após isso elaborar o presente Parecer.

2. Dos Conteúdos de Rádio e Televisão

Num contexto muito difícil, de ataques sistemáticos à imagem externa da Empresa Pública de Rádio e Televisão, mas também de diminuição de receitas e necessidade de forte contenção das despesas resultou, da



Conselho de Opinião

audição dos respetivos diretores, a percepção de que estes parecem estar absolutamente conscientes da gravidade do momento que se vive e procuram preservar aquilo que é a essência e a razão de ser do Serviço Público e da Empresa Pública.

Das alterações apresentadas para as novas grelhas de conteúdos foi visível o seu envolvimento na produção e difusão de programas que espelhassem as obrigações expressas nos Contratos de Concessão, no respeito pelo indispensável equilíbrio económico da Empresa, mas sem perda da qualidade exigível.

Dada a natureza das missões do serviço público de média apontou-se para a crescente utilização de todos os suportes disponíveis, procurando-se atingir, como é obrigação do Serviço Público, todos os públicos.

3. Da Informação da Rádio e Televisão

O CO vê com agrado o esforço apresentado de modernização da área da Informação, assinalando-se como positiva e a exemplo do modelo europeu a intenção de redução do tempo de duração dos telejornais, com uma maior exigência de síntese, relevância dos factos e precisão dos conteúdos emitidos.

O alargamento de debates a outros atores da Sociedade Civil, novos magazines de informação, uma melhor coordenação das equipas e uma oferta reforçada de informação centrada na Sociedade e nos problemas das pessoas foi outra das intenções manifestadas pelos Diretores responsáveis pela Informação das Antenas e Canais, que merece o apoio do CO.

Quando existem estudos públicos sérios que apontam para o facto de que os Portugueses confiam na informação produzida pelas Antenas e Canais da Empresa Pública, os detratores do serviço público não encontraram melhor argumento do que dizerem que com isso se gasta muito dinheiro.

Não sendo verdade tal facto, como os estudos referidos o demonstram, importa dizer que a liberdade e a democracia também têm um preço e esse os Portugueses estarão, decerto, pontos a pagar.

A melhor resposta que a Empresa Pública poderá dar, no domínio da Informação, está em garantir a sua independência, pluralismo e transparência.



Conselho de Opinião

4. Dos Centros Regionais dos Açores e Madeira

Tendo sido avançado, em especial para os Canais Regionais, um novo modelo de emissão, o CO vê com preocupação que ele não tenha sido objeto de debates prévios, mas antes imposição ditada pela mera necessidade de redução de custo.

O CO discordou sempre do atual modelo organizativo dos Centros Regionais, aliás mais oneroso e obviamente ineficaz porque não responde às necessidades de gestão responsável, não solucionou a modernização de equipamentos nem rentabilizou os recursos humanos existentes, com eventual prejuízo para cumprimentos das obrigações de Serviço Público.

O CO mantém sérias dúvidas de que se possa falar de um serviço público de âmbito regional sem primeiro se adequar a matriz organizativa dos Centros Regionais, os recursos humanos e os meios afetos a tal prestação e um modelo de gestão financeira de responsabilidade partilhada, a que corresponda uma matriz de programação que possa corresponder às necessidades dos cidadãos.

Como sempre se exprimiu, quer nos Relatórios das visitas efetuadas às Regiões Autónomas quer nos seus Pareceres, o CO entende que as antenas e canais de Serviço Público local e de proximidade devem oferecer uma programação autónoma original, assente no trabalho criativo das equipas locais, para informar, formar e divertir. Para executar esses objetivos, fatores de coesão regional e nacional, os Centros Regionais devem reforçar a sua identidade através da produção local que possa ser difundida também no todo nacional e nas antenas e canais internacionais

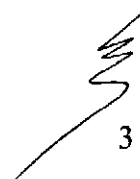
5. Das Antenas e Canais Internacionais

Apresentado o plano de reorganização dos canais internacionais, o CO apoia tudo o que possa melhorar a qualidade do Serviço Público prestado à diáspora e à imagem externa de Portugal.

A Informação dos canais internacionais deve mobilizar tudo e todos pela importância que assume num contexto e numa amplitude seguramente únicos no mundo.

Aquele que é um dos melhores ativos da Empresa Pública, a Informação, tem também de o ser no que se refere aos canais internacionais.

É, pois, com manifesto interesse e clara expectativa que o CO acompanhará as modificações apresentadas.





Conselho de Opinião

Quanto ao suporte internacional de transmissão "*onda curta*", o CO continua sem elementos oficiais, pedidos e prometidos, que permitam avaliar da real importância de sua suspensão.

Este será um assunto que não se deixará cair enquanto não for devidamente demonstrado que o custo/benefício justificam a extinção deste meio de emissão.

6. Da Formação e dos Planos Carreira

Talvez como nunca, dada a necessidade de alterações estruturais, a Empresa Pública carece de um plano de formação e de propostas de gestão de carreiras que acompanhem a sua própria estratégia de reestruturação.

A qualidade e o respeito que merecem os seus recursos humanos exigem que a Empresa os continue a apoiar nas suas capacidades de se adequarem à modernização dos meios e equipamentos.

Também no domínio da Informação, face às profundas alterações que estão a ocorrer na nossa Sociedade, na Europa e no Mundo se impõe uma intensificação da formação, seguramente um dos mais valiosos investimentos que se pode fazer em serviço público.

Importa também acentuar a necessidade de formação – e, se necessário, a escolha de meios técnicos adequados – que assegurem a defesa e promoção da língua portuguesa e a adoção do novo acordo ortográfico.

Em épocas de mudança, a Formação é a melhor aliada da mudança. A valorização do capital humano da organização é decisiva para a prestação do serviço público.

B. Orçamento – Reflexão sobre a Projeção Apresentada para 2012

A projeção apresentada pelo anterior Conselho de Administração para o exercício de 2012, (que se anexa a este Parecer para melhor elucidação da nossa análise), revela em relação ao orçamento revisto apenas um desvio verdadeiramente significativo: a redução dos proveitos comerciais – 7,3 M.€ - parcialmente compensada por uma ligeira redução (3,2 M.€) dos diversos custos operacionais (Grelha – 1,7, Pessoal – 0,5, FSE – 0,8 e Outros – 0,2); a subida do resultado operacional fruto da anulação de uma provisão para reestruturação que não foi utilizada.

Tendo em conta que a queda das receitas publicitárias se afigura de natureza estrutural, e o objetivo anunciado de fazer cessar a componente de receitas públicas associada à Indemnização Compensatória, o Operador Público encontra-se perante o desafio de encontrar um novo patamar de



Conselho de Opinião

equilíbrio de exploração através ou do aumento da Contribuição para o Audiovisual (CAV) – se politicamente admissível e socialmente aceite – ou de uma significativa redução de custos operacionais que não pode deixar de refletir uma revisão do modelo de serviço até aqui desenvolvido.

Acresce a este desafio a preocupação decorrente da inviabilização do Plano Voluntário de Redução de Quadros que indicia a adoção de medidas coercivas para o efeito.

Claro que uma solução atuando sobre os três elementos conjuntamente (aumento de CAV, redução voluntária dos Quadros de Pessoal e reformulação do modelo de operação implicando redução dos custos de grelha ou produção), tornaria mais exequível o reequilíbrio necessário.

C. Recomendações

O Conselho de Opinião recomenda à Empresa Pública Rádio e Televisão de Portugal, S.A., e a todos os seus Responsáveis que:

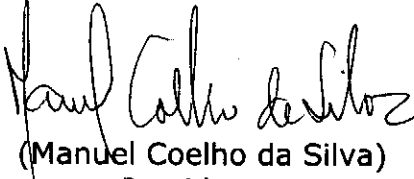
- 1) na relação com os cidadãos a oferta de programas, quer de Rádio quer de Televisão, tenha sempre presente os princípios e as missões de Serviço Público, assumindo carácter inovador e atendendo à divulgação de autores e criadores nacionais, lembrando que importa gerar sinergias, no respeito pelas respetivas linhas editoriais, no âmbito da Empresa Pública desejavelmente reestruturada e única;
- 2) nos serviços de Informação da Antenas e Canais a independência, a transparência e o pluralismo apoiem a Sociedade Civil na sua necessidade de ser informada e solidária, dando particular atenção para as alterações que estão a ocorrer em Portugal, na Europa e no Mundo e atendendo à necessidade de serem também ouvidos os novos atores sociais;
- 3) nos modelos de reorganização dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira sejam tidas em conta as realidades regionais, centrando-se na qualidade dos serviços prestados e no que isso acarreta de modernização de meios e equipamentos, formação de recursos humanos e autonomia responsável de gestão, sem nunca esquecer as necessidades de programação adequadas a defesa da cidadania;
- 4) no serviço de antenas e canais internacionais se avance para informação autónoma personalizada que salvaguarde a imagem de Portugal e uma programação centrada na língua e cultura portuguesa, tendo em conta os diversos públicos e gerações que constituem a diáspora portuguesa;



Conselho de Opinião

- 5) no processo de reestruturação seja também dada particular atenção à formação e à gestão das carreiras, à reorganização dos centros de produção, reconvertendo e incentivando à mudança e qualificação, sempre no respeito pela vontade das partes;
- 6) na reestruturação da Empresa Pública se atue sabendo que, no limite, a sua receita é a contribuição financeira que os portugueses pagam para ter sete antenas e oito canais, assim com outras receitas comerciais a definir.

Lisboa, 24 de Setembro de 2012


(Manuel Coelho da Silva)
Presidente

1 ANEXO

ANEXO

O PAO “revisto” e as Contas 2012 projetadas

Informação ao Conselho de Opinião

10.09.12

Orçamento revisito e projeção

	PAO apresentado	Orçamento "revisito"	Projeção Contas 2012
CMVC	98.5	98.5	96.8
FSE	44.2	44.2	43.4
Pessoal	86.1	79.1	78.6
Outros	16.2	16.2	16.0
<i>Subtotal (estrutural)</i>	245.0	238.0	234.8
Reestruturação	28.1	0.0	+7.6
Total custos	273.1	238.0	227.2
CAV líq.	155.0	145.0	145.0
IC	73.2	73.2	73.2
Proveitos Comerciais	50.1	50.1	42.8
Total proveitos	278.3	268.3	261.0
Resultado Operacional	5.3	30.3	34.0

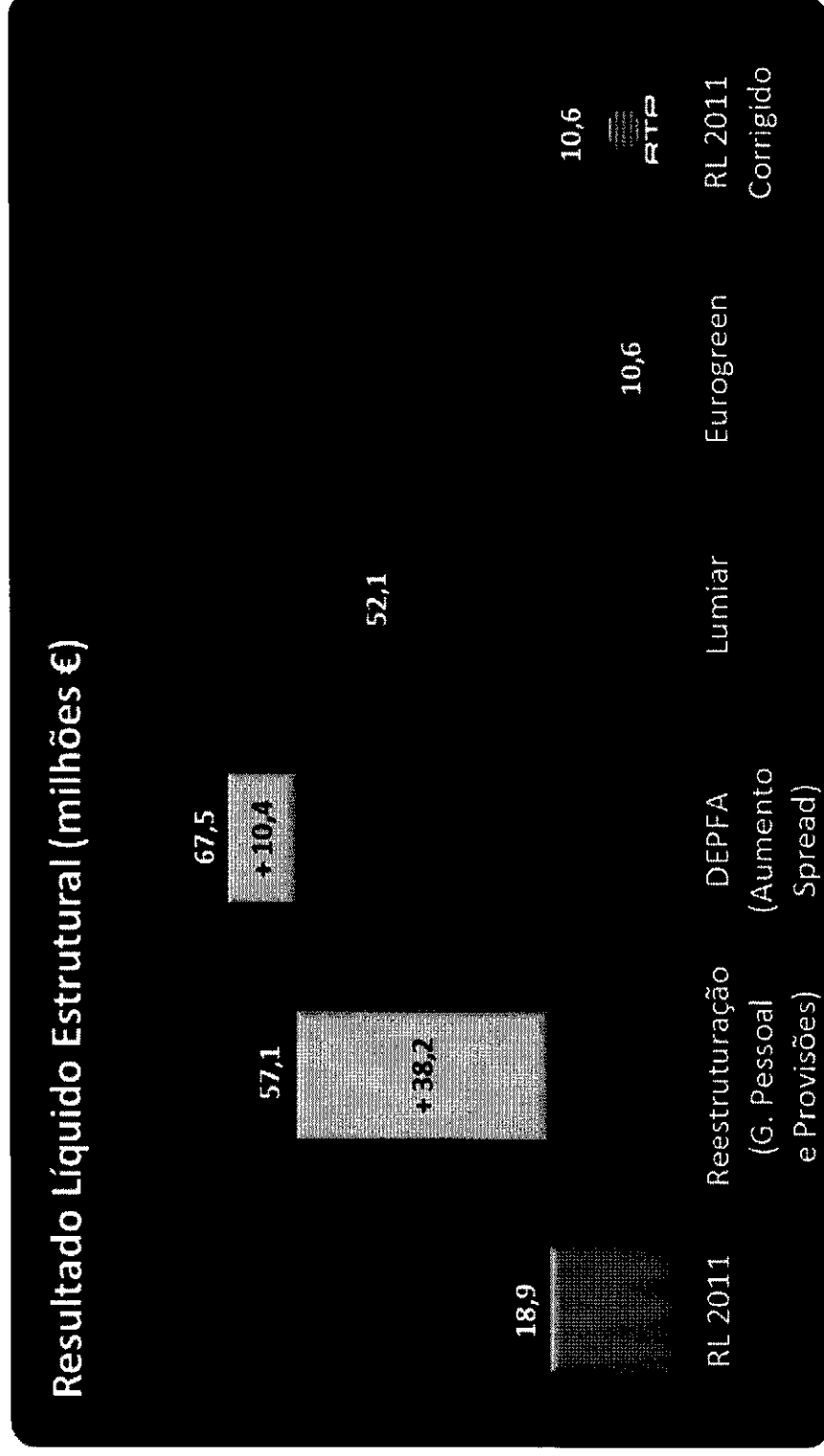
Do PAO apresentado à projeção atualizada das Contas 2012

- As medidas tomadas no Orçamento do Estado para 2012 (corte do subsídio de férias e 13º mês) permitiram estimar uma redução adicional de custos com pessoal da ordem dos 7 milhões de €.
- A redução de custos de 6 milhões refletida no Orçamento de 2012 concretizou-se de forma diferente da prevista quando se admitia que as saídas ocorreriam ao longo de todo o ano:
 - a margem de liberdade nas contas da empresa no final de 2011 permitiu antecipar a saída voluntária de cerca de metade dum total de 300 efetivos e realizar de forma imediata uma poupança de 6 milhões (que estava estimada ser conseguida ao longo de todo o ano de 2012);
 - a impossibilidade de obter o financiamento estimado de 28 milhões para ações de reestruturação determinou que não poderia ser obtida ao longo de 2012 nenhuma redução adicional dos custos com pessoal (estimados em mais 6 milhões de €)
 - em contrapartida, anularam-se os respetivos custos estimados das reestruturações, melhorando assim de forma muito significativa o resultado operacional previsto da empresa em 2012.
- A conjuntura mais depressiva do mercado publicitário, bem como o anúncio prematuro do fim da publicidade na RTP e os efeitos do “dossier GfK”, refletiram-se no comportamento dos proveitos comerciais, sobretudo da publicidade, determinando um valor para os proveitos comerciais abaixo do orçamento e do “patamar estrutural” estimado de 50 milhões.
- A negociação de vários “dossiers” (TDT, Euronews, ...), cujo custo tinha sido, por precaução, integralmente provisionado em 2011, permitiu uma recuperação adicional de provisões da ordem dos 7.6 milhões de €.
- O lucro da empresa, deduzidos 13.3 milhões de custos financeiros estimados para 2012 e adicionados 4.1 milhões de € imparidades positivas associadas ao arquivo, está agora estimado em 24.8 milhões de €, podendo ainda beneficiar de outros resultados (financeiros e operacionais) extraordinários.
- O lucro da empresa, expurgado de fatores não recorrentes, será da ordem dos 13.1 milhões de €, que compara com 10.6 milhões em 2011, apesar da baixa da IC e da publicidade.

Resultado Líquido

Contas 2011

Estrutural



- O Resultado Líquido Estrutural é positivo (10,6 M€) mesmo não considerando os efeitos extraordinários verificados ao longo do exercício 2011.